

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESARIO LANGE
BALANÇO PATRIMONIAL BHCL - 2025

ATIVO	NOTAS	2025	2024
ATIVO TOTAL	3.C	721.824.016,66	862.753.402,67
ATIVO CIRCULANTE		719.053.945,88	768.792.386,53
DISPONIBILIDADE SEM RESTRIÇÃO	4	17.544.028,64	14.291.646,59
Disponibilidades em caixa		1.557,25	4.138,62
Bancos - Conta movimento		1.045.859,62	340.951,84
Bancos - Aplicações de liquidez imediata		16.496.611,77	13.946.556,13
DISPONIBILIDADE COM RESTRIÇÃO	4	39.042.166,08	67.903.002,60
Disponibilidades em caixa		5.530,62	8.353,97
Bancos - Conta movimento		2.845.035,55	10.487.632,84
Bancos - Aplicações de liquidez imediata		36.191.599,91	57.407.015,79
CONTAS A RECEBER	5	576.880.429,45	603.516.483,29
Parcerias publicas com contrato de gestão a receber		560.009.915,81	594.455.803,36
Parcerias publicas com termo de Convênio a receber		16.870.513,64	9.060.679,93
CREDITOS A RECEBER	6		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	6	486.116,69	778.240,86
Adiantamentos de férias		486.116,69	778.240,86
OUTRAS CONTAS A RECEBER	6	85.034.525,55	82.088.276,47
Valores a recuperar		387.675,20	295.739,55
Empréstimos/transferecia entre unidades a receber		84.646.850,35	81.789.180,85
Bloqueio judicial		0,00	1.331,93
Valores a restituir		0,00	2.024,14
ESTOQUES	7	66.679,47	214.736,72
Matérias medicas e hospitalares		45.163,25	112.448,10
Medicamentos		0,00	78.548,36
Genero alimentício		12.562,62	14.786,66
Matérias diversos		8.953,60	8.953,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.770.070,78	93.961.016,14
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	8	0,00	91.874.449,18
Parcerias publicas c/ contrato de gestao a receber - longo prazo		0,00	91.874.449,18
IMOBILIZADO	9	3.897.554,45	2.948.661,07
Terenos		109.506,40	109.506,40
Predios e benfeitorias		205.688,46	161.564,62
Equipamentos e aparelhos hospitalares		2.124.852,85	1.684.300,36
Móveis e utensílios		514.473,88	373.801,63
Veículos		619.488,06	619.488,06
Maquinas e equipamentos		323.544,80	0,00
(-) DEPRECIACÃO - BENS S/ RESTRIÇÃO	9	(1.127.483,67)	(862.094,11)
(-) Predios e benfeitorias		(69.245,59)	(55.583,83)
(-) Equipamentos e aparelhos hospitalares		(701.726,35)	(543.060,23)
(-) Móveis e utensílios		(144.999,92)	(115.160,48)
(-) Veículos		(177.624,27)	(148.289,57)
(-) Maquinas e equipamentos		(33.887,54)	0,00
TOTAL DO ATIVO		721.824.016,66	862.753.402,67
PASSIVO		2025	2024
PASSIVO TOTAL	3.D	703.780.196,30	850.735.503,65
PASSIVO CIRCULANTE		688.983.063,65	749.816.363,26
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS A PAGAR	10		
FORNECEDORES A PAGAR	10.1	9.475.675,98	8.451.409,95
Fornecedores e prestadores		9.475.675,98	8.451.409,95
OBRAÇÕES FISCALS S/ SERVIÇOS TOMADOS A REPASSAR	10.2	2.864.422,88	2.624.071,28
CSRF S/ PJ		1.724.680,09	1.627.027,22
INSS/S/PJ		450.583,31	311.930,94
IRRF S/PJ		510.847,96	491.299,47
ISS RETIDO S/PJ		178.311,52	193.813,95
OBRAÇÕES COM FUNCIONÁRIO	11		
ORDENADOS A PAGAR	11	13.155.844,36	13.110.120,32
Ordenadas a pagar		13.035.135,61	12.942.163,65
Rescisosos a pagar		49.204,05	79.234,60
Autonomos a pagar		11.275,66	38.294,98
Pensão alimenticia s/salarios		60.229,04	49.927,09
OBRAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	11	1.969.135,22	1.946.953,38
FGTS a recolher		1.969.135,22	1.946.953,38
OBRAÇÕES TRABALHISTAS RETIDAS A REPASSAR	11	3.750.072,28	3.494.415,50
Contribuições sindicais a repassar		127.890,37	55.984,67
INSS s/ Salarios COD 1082		1.310.189,07	1.489.156,67
IRRF s/ Salarios COD 0561		1.315.345,57	1.925.595,02
Empréstimos consignados a repassar		4.231,81	10.216,85
IRRF S/ Autonomos 0588		3.099,85	3.209,12
INSS- pro labore/ autonomo		4.587,27	10.253,17
Empréstimo credito trabalhador		984.728,34	0,00
PROVISÕES TRABALHISTAS	11	20.579.416,53	19.404.411,33
Provisao de ferias + 1/3		20.579.416,53	19.404.411,33
PARCERIAS PUBLICAS A REALIZAR	12	571.128.859,09	637.615.069,61
Parcerias publicas c/ contrato de gestão a realizar		541.538.447,46	618.338.267,19
Parcerias publicas c/termo de convenio a realizar		29.583.485,36	19.276.802,42
Rendimentos s/ aplicação financeira a realizar		6.926,27	0,00
TRANSFERENCIA ENTRE UNIDADES	13	65.916.691,32	63.079.021,88
Empréstimos /transferecia entre unidades a pagar		65.906.691,38	63.049.021,88
Creditos de parcerias publicas a repassar		9.999,94	0,00
Outras contas a repassar		0,00	30.000,00
FINANCIAMENTOS	14	(5.733,17)	9.293,73
Empréstimo caixa economica federal - consignado		46.097,36	46.097,36
(-) Juros a apropriar emprestimo cep		(51.830,53)	(36.803,63)
PARCELAMENTOS A PAGAR - CURTO PRAZO	15	148.679,16	81.596,28
Parcelamento a pagar - 02110001201228893422440 - curto prazo		81.596,28	81.596,28
Parcelamento a pagar - 02110001201024245882535 - curto prazo		67.082,88	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.797.132,65	100.919.140,39
PARCERIAS PUBLICAS A REALIZAR - A LONGO PRAZO	16,00	0,00	91.874.449,18
Parcerias publicas c/ contrato de gestão a realizar - longo prazo		0,00	91.874.449,18
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR - LONGO PRAZO	17	172.109,10	207.386,20
Empréstimos caixa economica federal - consignado		205.247,51	255.551,25
(-) Juros a apropriar emprestimo cep - longo prazo		(33.138,41)	(48.165,31)
PARCELAMENTOS A PAGAR - LONGO PRAZO	18	248.790,58	286.612,11
Parcelamento n° 0110001201228893422440 - longo prazo		240.438,07	286.612,11
Parcelamento n° 02110001201024245882535 - longo prazo		44.352,51	0,00
PROVISÕES PARA AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS	19	14.376.232,97	8.550.692,90
Provisões para ações cíveis e trabalhistas		14.376.232,97	8.550.692,90
PATRIMONIO LIQUIDO		18.043.820,36	12.017.899,02
Patrimonio social		17.214.438,97	27.072,50
Ajuste exercicio anteriores		829.381,39	(15.054.173,48)
PASSIVO TOTAL +PATRIMONIO LIQUIDO		721.824.016,66	862.753.402,67

VI. desenvolver o ensino e a pesquisa na área das ciências da saúde, apoiando a investigação científica, bem como contribuindo para a qualificação profissional;

VII. contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde

VIII. ministrar cursos, produzir e disponibilizar material didático e científico assim como tecnologias na área das ciências da saúde;

IX. incentivar, com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa, a participação da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas de saúde, por meio do Conselho Estadual de Saúde, dos Conselhos Municipais de Saúde e de outras formas de organização da população como os Conselhos de Bairros e as Comunidades de Saúde;

X. apoiar programas de medicina preventiva, com equipes multidisciplinares, identificando e minimizando os fatores de risco aos quais a população está exposta, dando prioridade ao atendimento em áreas periféricas

XI. promover campanhas para divulgar informações sobre os fatores que afetam a saúde pública, particularmente os que aumentam o risco de morte violenta, como o uso de armas de fogo, uso indevido de drogas, acidentes de trânsito e acidentes de trabalho;

XII. apoiar campanhas de conscientização contra os riscos do uso do fumo e do álcool;

XIII. adotar programas que contribuam para a melhoria do atendimento às pessoas acometidas de patologias crônicas

XIV. apoiar programas de prevenção, assistência e tratamento à dependência de drogas;

XV. desenvolver campanhas de informação e prevenção sobre doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS;

XVI. apoiar estudos, desenvolver campanhas, pesquisas e programas para reduzir a incidência, morbidade e mortalidade- causadas por HIV/AIDS, assim como a prevenção e orientação sobre saúde

XVII. Prestar assistência de fisioterapia na prevenção e tratamento dos distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas;

O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 e suas revisões, para as Entidades sem finalidade de lucros.

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2025, além da observância à Lei n° 6.404/76 e suas alterações, a BHCL declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

Resolução CFC n.º 750/93 e suas alterações – dispõe sobre os Princípios de Contabilidade;

i. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;

ii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;

iii. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;

iv. Resolução CFC n.º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;

v. Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;

vi. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

c) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (\$), que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Associação Hospitalar Beneficente do Brasil atua.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2025.

a) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa;

Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Contas a receber;

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Créditos a receber

Referem-se a valores antecipados pela empresa aos seus empregados, geralmente como adiantamento salarial. Esses valores serão descontados ou compensados em um pagamento futuro. A antecipação é feita antes do vencimento do salário regular. O valor adiantado é uma obrigação que será quitada posteriormente.

Outros créditos

Corresponde a valores a receber ou direitos, inerentes a despesas pagas indevidamente, que são classificadas em valores a recuperar, transferência entre unidades, em caráter de empréstimo e bloqueios judiciais

Valores a recuperar

Referem-se a desembolsos ocorridos indevidamente, por erro na alteração financeira que gerou direito de restituição à entidade.

Empréstimos/ transferência entre unidades a receber.

Referem-se ao empréstimo de recursos financeiros ou bens entre diferentes unidades ou entidades que fazem parte de uma mesma organização. Esses empréstimos não envolvem uma transação com partes externas, mas sim uma movimentação interna de recursos para atender a necessidades específicas de uma unidade em determinado momento.

Bloqueio judicial

Referem-se a bloqueios de recursos em conta bancária determinados pelo poder judiciário, em decorrência de ações civis e trabalhistas.

Estoque:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custo para concluir e vender.

Imobilizado:

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Financiamento - Curto Prazo

Referem-se a recursos obtidos pela empresa que devem ser pagos dentro de um prazo de 12 meses. Esses financiamentos são frequentemente usados para atender a necessidades imediatas de caixa, como capital de giro, ou para financiar a aquisição de ativos que serão consumidos ou vendidos rapidamente, como mercadorias e estoques.

Financiamento - Longo Prazo

Referem-se a recursos obtidos pela empresa que devem ser pagos em um prazo superior a 12 meses. Esses financiamentos podem assumir diversas formas, como empréstimos bancários, emissão de debêntures, arrendamentos financeiros ou até mesmo financiamentos com fornecedores que permitem prazos de pagamento estendidos.

Auração do Resultado do Período

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

Receitas e despesas

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social.

Receitas de subvenções custeio

As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade atendeu a Resolução n.º 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC n.º 1409/12 que aprovou a ITG 2002 R1.

Custos e despesas

Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhado

Receitas com doações

No exercício de 2025, o fiscal informou que foram registradas receitas oriundas de doações financeiras, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, nacionais e internacionais. Esses recursos foram fundamentais para apoiar diversas iniciativas da instituição, alinhadas aos objetivos estabelecidos em seu plano de atividades.

1) Receitas com trabalho voluntário

No exercício de 2025, o hospital não registrou receitas provenientes de trabalhos voluntários. Não houve a realização de atividades com remuneração de voluntários durante o período. A instituição permanece em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São valores que a entidade possui para liquidez imediata, classificam-se de acordo com a possibilidade de utilização sendo neste caso "recursos com restrição" provenientes de parceria com o Município decorrente do contrato de gestão firmado com o poder público, possuindo destinação específica a fim de atingir os objetivos presentes nos termos acordados.

Em 31/12/2025, as disponibilidades estavam assim constituídas:

Caixa e banco movimento	RECURSOS SEM RESTRIÇÕES	
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Caixa BHCL	1557,25	4.138,62
CEF AG. 1689-X C.C 532-5 - Conta O.S	946.696,88	336.758,60
Bradesco A.G 5989 C.C 0030381-0 BHCL	1.063,81	489,77
CEF. AG. 1689 - C/C 582-1	1.836,04	3.703,47
BB AG. 6876-4 C/C 159-7 - MATRIZ BHCL	96.262,35	0,00
BB AG. 6876-4 C/C 159-7 - MATRIZ BHCL	0,54	0,00
	1.047.416,87	345.090,46

Aplicação financeira sem restrição	RECURSOS SEM RESTRIÇÕES	
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Caixa FIC Giro MPE RF REF DI LP - AG. 1689 APLIC 532-5	3.923.972,96	2.846.632,16
Caixa FIC Sigma REF DI - AG. 1689 APLIC. 532-5	974.432,83	314.749,19
BB RF REF DI PLUS AGIL - AG. 6876-4 APLIC. 159-7	2.001.212,38	2.365.819,83
SANTANDER APLIC. AUT CONTAMAX 130058608	370,00	327,00
BB RF REF DI PLUS AGIL APLIC - AG 1768-X C/C 34776-0 SEDE	0,00	844,08
BB RF DI PLUS AGIL 1768 - X/C 34254 CEMEG	1.350,51	2.094.808,38
CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL/CDB CAIXA PROGR. FJ - AG 1689 - APLIC. 532-5	9.495.273,09	5.342.851,65
BB RENDE FÁCIL - AG 6876-4 APLIC 159-78	0,00	980.523,84
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO OUROCAP NEGÓCIOS	100.000,00	0,00
	16.496.611,77	13.946.556,13

Caixa e banco movimento	RECURSOS COM RESTRIÇÕES	
	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
CAIXA CG 043/2021 UPA CENTRO- OSASCO	83,60	0,00
CAIXA CG 032/2021 UPA CONCEIÇÃO - OSASCO	500,00	0,00
CAIXA CG 033/2021 UPA MENCK - OSASCO	100,00	0,00
CAIXA SAMU CG 050/2021 BRAGANÇA PAULISTA	1.218,83	4.565,37
CAIXA CG 3422/2022 UPA SAO JOAO	212,00	0,00
CAIXA CG N° 069/2023 UPA TATUI	2.320,17	411,53
CAIXA CG 3422/2022 UPA CUMBUCA	2,86	0,00
CAIXA CG 3422/2022 UPA MARIA DIRCE	11,63	2.358,86
CAIXA CG 755/23 UPA TABOÃO DA SERRA	650,50	0,00
CAIXA - HMCA 5922/2022	500,00	818,21
CAIXA CG 050/2021 - UPA		

continuação... BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE

BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768- X APLIC. 37343-5 - SAO JOSE DO NORTE	238.852,57	0,00
RF REF DI PLUS AGIL AG 1768- X APLIC. 37342-7 - UPA MONTE MOR	74.342,06	0,00
RF REF DI PLUS AGIL AG 1768- X APLIC. 37096-7 - JACUTINGA	294.154,36	0,00
BB RF REF DI PLUS AGIL AG 1768-X APLIC. 35769-3 - HMCA PROVISAO	3.709.817,55	0,00
BB RF REF DI PLUS AGIL AG 1768-X APLIC. 36898-9 - GUAREI	155.101,51	0,00
B RF CP AUTOMATICO AG 6876-4 APLIC. 16939-0 - ALTO RIO PURUS	3.056.851,81	0,00
BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768-X APLI 38253-1 - PRESIDIO GUAREI NOVO	141.052,06	0,00
BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768-X APLI 37173-4 - CONVÊNIO 284	302.636,93	0,00
BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768-X APLI 37363-X - CONVÊNIO DO ESTADO	1.204.289,34	0,00
BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768-X APLI 34833-3 - PROVISAO TRAB. INDIGENA	957.293,21	0,00
BB RF Ref DI Plus Agil AG 1768-X APLI 38254-X - UBS QUADRA	2.254,20	0,00
	36.191.599,91	57.407.015,79

5) CONTAS A RECEBER

Representam os valores provenientes de direitos a receber no curto prazo, pela contraprestação de serviços em saúde, assim classificados:

CONTAS A RECEBER		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Parcerias públicas c/ contrato de gestão a receber	560.009.915,81	584.455.803,36
Parcerias públicas c/ termo de convênio a receber	16.870.513,64	9.060.679,93
	576.880.429,45	603.516.483,29

6) CRÉDITOS A RECEBER

Nesta rubrica constam valores de adiantamentos concedidos a empregados. Além de outros valores a receber conforme os quadros abaixo

ADIANTAMENTOS DIVERSOS		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a funcionários e fornecedores		
Adiantamento de férias	486.116,69	778.240,86
	486.116,69	778.240,86
OUTROS CRÉDITOS		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos		
Valores a recuperar	387.675,20	295.739,55
Empréstimos/transfêrencia entre unidades a receber	65.172.801,58	62.315.132,08
Bloqueio judicial	0,00	1.331,93
Valores a restituir	0,00	2.024,14
	65.560.476,78	62.614.227,70

7) ESTOQUES

É composto de medicamentos, insumos hospitalares e demais materiais utilizado para o funcionamento, assim classificados:

ESTOQUE		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Estoques		
Materiais medicos e hospitalar	45.163,25	112.448,10
Medicamentos	0,00	78.548,36
Generos alimenticios	12.562,62	14.786,66
Materiais diversos	8.953,60	8.953,60
	66.679,47	214.736,72

8) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O realizável a longo prazo representa os bens e direitos que a empresa possui e que serão processados posterior a doze meses, estando assim classificados:

SUBVENÇÕES E ASSISTENCIAIS GOVERNAMENTAIS A RECEBER -LONGO PRAZO		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Recursos com restrição - longo prazo	0,00	91.874.449,18
Parcerias públicas com c/ contrato de gestão a receber - longo prazo	0,00	91.874.449,18
	0,00	91.874.449,18

9) IMOBILIZADO

Demonstramos o quadro abaixo os saldos constantes do imobilizado, bem como os valores até então depreciados / amortizados.

IMOBILIZADO		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
IMOBILIZADO		
Terenos	109.506,40	109.506,40
Prédios e benfeitorias	205.688,46	161.564,62
Equipamentos e aparelhos hospitalares	2.124.852,85	1.684.300,36
Móveis e utensílios	514.473,88	373.801,63
Veículos	619.488,06	619.488,06
Maquinas e equipamentos	323.544,80	0,00
	3.897.554,45	2.948.661,07
DEPRECIACÃO ACUMULADA		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação acumulada		
(-) Prédios e benfeitorias	(69.245,59)	(55.583,83)
(-) Equipamentos e aparelhos hospitalares	(701.726,35)	(543.060,23)
(-) Móveis e utensílios	(144.999,92)	(115.160,48)
(-) Veículos	(177.624,27)	(148.289,57)
(-) Máquinas e equipamentos	(33.887,54)	0,00
	(1.127.483,67)	(862.094,11)

10. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar e as obrigações estão classificadas no passivo circulante, representando os doze meses subsequentes à data de sua apresentação. As contas a pagar referem-se aos valores devidos a fornecedores por compras de mercadorias, serviços ou materiais primários, enquanto as obrigações englobam outros compromissos financeiros, como empréstimos e tributos a vencer.

10.1 FORNECEDORES A PAGAR

Representa as obrigações da empresa com seus fornecedores, originadas pela aquisição de mercadorias, materiais primários ou serviços. Ela está comprometida no passivo circulante, uma vez que se refere a compromissos com vencimento no curto prazo. O valor registrado na conta de fornecedores corresponde ao montante total a ser pago, discriminado por fornecedor e de acordo com os prazos

estabelecidos, totalizando o montante abaixo:

FORNECEDORES		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Credores		
Fornecedores	9.475.675,98	8.451.409,95
	9.475.675,98	8.451.409,95

10.2 OBRIGAÇÕES RETIDAS A TERCEIROS A REPASSAR

As obrigações retidas a terceiros a repassar, como CSRF, IRRF e ISS, são registradas no passivo do saldo, representando valores que a empresa reteve de seus colaboradores ou conversa de serviços e deve repassar aos órgãos competentes. A CSRF (Contribuição para a Seguridade Social da Receita Federal), o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) são tributos devidos ao governo, que a empresa atua como participativa no processo de retenção e repasse.

OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações fiscais		
CSRF s/ P/J (PIS, COFINS, CSLL)	1.724.680,09	1.627.027,22
INSS retidos s/ P/J	450.583,31	311.930,64
IRRF retido s/ P/J	510.847,96	491.299,47
ISS retido s/ P/J	178.311,52	193.813,95
	2.864.422,88	2.624.071,28

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Compreendem os débitos em aberto com remunerações de funcionários, encargos sociais, impostos e contribuições retidas na fonte conforme quadro abaixo:

SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		
	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas		
Ordenadas a pagar	13.035.135,61	12.942.163,65
Rescisões a pagar	49.204,05	79.734,60
Autonomos a pagar	11.275,66	38.294,98
Pensão alimentícia s/ salários	60.229,04	49.927,09
FGTS a recolher	1.969.135,22	1.946.953,38
Contribuições sindicais repassar	127.890,37	55.984,67
INSS s/ salários	1.310.189,07	1.489.156,67
IRRF s/ salários	1.315.345,57	1.925.595,02
Empréstimo consignado	4.231,81	10.216,85
IRF s/ autônomo 0588	3.099,85	3.209,12
INSS Pro-labore/ autônomo	4.587,27	10.253,17
Emprestimo credito trabalhador	984.728,34	0,00
Provisão de férias + 1/3 a pagar	20.579.416,53	19.404.411,33
	39.454.468,39	37.955.900,53

12. PARCERIAS PÚBLICAS A REALIZAR

Parcerias Públicas a Realizar refere-se às obrigações contratuais que a empresa deve cumprir em decorrência de parcerias ou contratos com entidades públicas. Essas parcerias envolvem o compromisso de execução de projetos, fornecimento de bens ou prestação de serviços, geralmente com repasses de recursos públicos, essa conta é variações no passivo circulante ou não circulante, dependendo do prazo de realização das obrigações. É essencial que os valores registrados reflitam com precisão os termos acordados, incluindo o montante a ser pago e as condições previstas no contrato. O controle adequado dessa conta garante a transparência e a conformidade com a legislação vigente, além de evitar o descumprimento das cláusulas contratuais.

PARCERIAS PÚBLICAS A REALIZAR

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Parcerias públicas a realizar		
Parcerias públicas com contrato de gestão a realizar	541.538.447,46	618.338.267,19
Parcerias públicas com termo de convênio a realizar	29.583.485,36	19.276.802,42
Rendimentos s/ aplicacao financeira a realizar	6.926,27	0,00
	571.128.859,09	637.615.069,61

13. TRANSFERÊNCIA ENTRE UNIDADES

Referem-se aos valores transferidos de uma unidade da empresa para outra, com o objetivo de demonstrar a movimentação de recursos ou bens dentro da organização. Essas transferências poderão ocorrer entre filiais, departamentos ou centros de custo, e deverão ser registradas de maneira clara, a fim de garantir a precisão das projeções financeiras consolidadas. No saldo, as transferências são evidenciadas tanto no ativo quanto no passivo, conforme a natureza da transação, sendo que o valor transferido de uma unidade será reconhecido como aumento no ativo da unidade destinatária e, simultaneamente, com aumento do passivo da unidade de origem.

EMPRÉSTIMOS/TRANSFERÊNCIA ENTRE UNIDADES

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos/Transferência entre unidades		
Empréstimos/Transferência entre unidades	65.906.691,38	63.049.021,88
Créditos de parcerias públicas a repassar	9.999,94	0,00
Outras contas a Repassar	0,00	30.000,00
	65.916.691,32	63.079.021,88

14. FINANCIAMENTO - CURTO PRAZO

Essa rubrica demonstra os saldos dos valores obtidos através de crédito junto às instituições financeiras, utilizados para aquisição de bens e serviços, investimentos e/ou capital de giro da instituição. No quadro abaixo exibiremos a situação financeira dessas obrigações:

FINANCIAMENTO A PAGAR - CURTO PRAZO

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento a pagar - CP		
Empréstimo caixa econômica federal - consignado	46.097,36	46.097,36
(-) Juros a apropriar empréstimos CEF	(51.830,53)	(36.803,63)
	(5.733,17)	9.293,73

15. PARCELAMENTO - CURTO PRAZO

Essa rubrica demonstra o valor de parcelamento de tributos, vencidos em até doze meses, conforme o quadro abaixo:

PARCELAMENTOS A PAGAR - CURTO PRAZO

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento a pagar - CP		
Parcelamento a pagar nº 021100011201228893422440 - Curto prazo	81.596,28	81.596,28
Parcelamento a pagar nº 02110001201024245882535 - Curto prazo	67.082,88	0,00
	148.679,16	81.596,28

16. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR - LONGO PRAZO

As Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar a longo prazo são obrigações financeiras que a empresa deve cumprir em decorrência de parcerias ou contratos com entidades públicas que serão processados posterior a doze meses, estando assim classificados:

PARCERIAS PÚBLICAS A REALIZAR - LONGO PRAZO

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Parcerias públicas a realizar		
Parcerias públicas com contrato de gestão a realizar	0,00	91.874.449,18
	0,00	91.874.449,18

17. FINANCIAMENTO - LONGO PRAZO

Essa rubrica demonstra os saldos dos valores obtidos através de crédito junto às instituições financeiras, utilizados para aquisição de bens e serviços, investimentos e/ou capital de giro da instituição. No quadro abaixo exibiremos a situação financeira dessas obrigações vincendas no longo prazo, ou seja, posteriormente a doze meses.

FINANCIAMENTO A PAGAR - LONGO PRAZO

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento a pagar - LP		
Empréstimo caixa econômica federal - consignado - LP	205.247,51	255.551,51
(-) Juros a apropriar empréstimos CEF - LP	(33.138,41)	(48.165,31)
	172.109,10	207.386,20

18. PARCELAMENTO - LONGO PRAZO

Essa rubrica demonstra o valor de parcelamento de tributos, com vencimentos superiores a doze meses, conforme o quadro abaixo:

PARCELAMENTO A PAGAR - LONGO PRAZO

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento a pagar - LP		
Parcelamento a pagar nº 021100011201228893422440 - Longo Prazo	204.438,07	286.612,11
Parcelamento a pagar nº 02110001201024245882535 - Longo Prazo	44.352,51	0,00
	248.790,58	286.612,11

19. PROVISÃO PARA AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Relativamente aos processos judiciais envolvendo a entidade, foi classificado com risco de perda provável, resultando em uma condenação provável de R\$4.805.058,25 ainda em recurso pela entidade. Os demais processos judiciais onde a entidade figura como parte apresentam risco de perda avaliado como remoto, onde a instituição opta pela não divulgação dos mesmos.

PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Processos		
Trabalhistas e cíveis	14.376.232,97	8.550.692,90
	14.376.232,97	8.550.692,90

20. RESULTADO DO PERÍODO

O Resultado do período foi apurado em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14:

Resultado do período	5.196.539,95
----------------------	--------------

21. COMPARATIVOS DE ATENDIMENTOS

O quadro compara a quantidade de pacientes atendidos pelo SUS e pelo sistema privado (não SUS), apresenta dados sobre o total de atendimentos, incluindo internações e consultas ambulatoriais;

QUADRO DE ATENDIMENTOS

	Saldo em	Saldo em
	31/12/2025	31/12/2024
Atendimentos		
Pacientes dia SUS (SIH)	524	1.850
Pacientes dia não SUS (CIHA)	7	50
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS (CIHA)	127.837	102.243
Quantidade de procedimentos ambulatoriais não SUS (CIHA)	24	98
Internações SUS	98,66%	97,37%
Ambulatorial SUS	99,98%	99,90%
Percentual SUS final	100%	100%

22. INDICADORES FINANCEIROS

Os indicadores financeiros da Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, no exercício de 2025, são métricas essenciais para avaliar a saúde financeira da instituição e sua rentabilidade. Esses indicadores fornecem dados relevantes para a gestão hospitalar, auxiliando na tomada de decisões estratégicas para a alocação eficiente dos recursos e manutenção da qualidade dos serviços prestados. No contexto BHCL, a análise financeira é fundamental para garantir a sustentabilidade da instituição, considerando os desafios do setor de saúde, como custos elevados e a necessidade constante de investimentos em infraestrutura e pessoal. A monitorização desses indicadores ao longo de 2025 permite identificar áreas que demandam ajustes, promovendo a otimização da operação e a continuidade do atendimento à comunidade, apresentamos o quadro abaixo os índices com base em 31/12/2025:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC = AC/PC)

ILC	R\$ 719.053.945,88	R\$ 688.983.063,65	1,04
	AC	PC	ÍNDICE

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG = AC+RLP / PC+PNC)

ILG	R\$ 719.053.945,88	R\$ 703.780.196,30	1,02
	AC RLP	PC PNC	ÍNDICE

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (IEG = PC+ELP / AT)

IEG	R\$ 703.780.196,30	R\$ 721.824.016,66	0,98
	PC ELP	AT	ÍNDICE

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG = AT / PC+PNC)

ISG	R\$ 721.824.016,66	R\$ 703.780.196,30	1,03
	AT	PC PNC	ÍNDICE

PRESIDENTE

ROBERTO GONELLA JÚNIOR
CPF: 048.461.708-70

CONTADOR

RENATO LUIS DE SOUSA ANTUNES
CRC:1SP308623/O-6
CPF: 382.773.688-95



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>